



INVESTIGAÇÃO

PF liga Carlos Bolsonaro à “Abin paralela”

Agentes cumprem mandados de busca contra filho do ex-presidente, suspeito de integrar “núcleo político” da “organização criminosa”

» RENATO SOUZA
» LUANA PATRIOLINO
» EVANDRO ÉBOLI
» ALINE BRITO

Após se debruçar sobre o funcionamento do esquema de espionagem ilegal instalado na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Polícia Federal aprofunda, agora, a participação do chamado “núcleo político” da organização criminosa. Segundo a corporação, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, integrava esse núcleo. Hoje, está previsto o depoimento dele à PF.

As apurações apontam que o grupo era composto, também, por Luciana Paula Almeida e Priscilla Pereira e Silva. Os três agiam em conjunto com o Núcleo Alta-Gestão-PF, sob o comando do então diretor da Abin, Alexandre Ramagem, para monitorar indevidamente inimigos políticos. Além disso, buscaram informações sobre a existência de investigações relacionadas aos filhos do então chefe do Executivo. Luciana era assessora de Carlos; Priscilla assessorava Ramagem.

Ontem, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados a Carlos Bolsonaro, às assessoras e ao militar do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues, que atuava com Ramagem na Abin.

As ações contra Carlos ocorreram no Rio de Janeiro, em Angra dos Reis (RJ) e em Brasília. Quando as equipes policiais chegaram a Angra, pouco depois das 6h, o vereador não estava na casa de praia da família. De acordo com Fabio Wajngarten, advogado de Bolsonaro, o parlamentar tinha saído por volta das 5h para pescar com o pai e irmãos numa região próxima.

Os agentes recolheram documentos; equipamentos eletrônicos, como computadores, celulares, e pen drives; e outros itens que podem ajudar nas investigações.

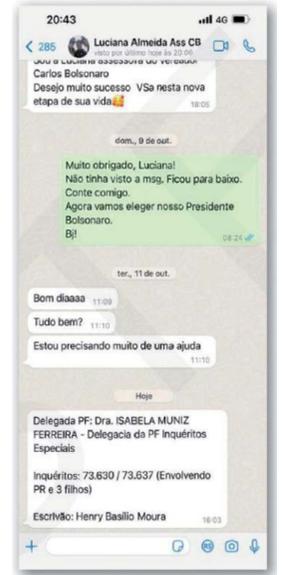
Os policiais aguardaram o

Reprodução/GloboNews



Jair Bolsonaro e o filho Carlos observam agentes que estiveram na casa da família, em Angra: documentos e equipamentos eletrônicos apreendidos

Rasgadinho ZAP



Print, incluído na decisão de Moraes, com a mensagem de Luciana Paula Almeida, assessora de Carlos Bolsonaro

Entenda o caso

Monitoramento ilegal

Os mandados de busca e apreensão, cumpridos ontem pela PF, fazem parte de uma operação da corporação que apura o uso da Abin para fins pessoais durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo as diligências, uma estrutura paralela no órgão

de inteligência pode ter sido usada para perseguir adversários políticos do bolsonarismo. Esses mandados são desdobramentos da Operação Vigilância Aproximada, que vasculhou 21 endereços na quinta-feira passada. O principal alvo da ofensiva foi Alexandre Ramagem, diretor da Abin na gestão Bolsonaro

e hoje deputado federal (PL-RJ). Os investigadores citaram a existência de um “núcleo da alta gestão”, do qual Ramagem faria parte. Conforme a PF, delegados federais que estavam cedidos para a Abin “utilizaram o FirstMile (software que dá acesso à geolocalização em tempo real e a dados pessoais registrados

nas operadoras de telefonia) para monitoramento de alvos e autoridades, bem como para serviço de contra-inteligência e criação de relatórios apócrifos que seriam divulgados com o fim de criar narrativas falsas”. Ramagem negou irregularidades e classificou a investigação como “salada de narrativas”.

retorno de Carlos e dos demais familiares para dar integral cumprimento à ordem expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da PF e da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Troca de mensagens

Na investigação, os agentes identificaram uma conversa no WhatsApp entre Luciana e Priscilla. A troca de mensagens era o fio que faltava para indicar o envolvimento

do vereador do Rio de Janeiro.

Na avaliação dos agentes e procuradores que atuam no caso, a interceptação das mensagens evidencia que o filho de Bolsonaro usava interlocutores para ter acesso a investigações sigilosas da PF

Na mensagem, Luciana pede ajuda para obter informações sobre um inquérito que corria na Superintendência da PF, no Rio, cujos alvos seriam Jair Bolsonaro e três de seus filhos (Carlos, Eduardo e Flávio).

O diálogo consta na decisão de Moraes que autorizou as buscas e apreensões. O magistrado destacou que Carlos fazia parte de um núcleo político, com o objetivo de desvirtuar a Abin.

10 computadores

Nas buscas, foram apreendidos 10 celulares, três notebooks, um HD externo e uma arma na casa de Giancarlo Gomes Rodrigues, em Salvador.

O militar atuou em batalhões do Exército no Rio de Janeiro e no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante o governo Michel Temer.

Na semana passada, o alvo de mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal foi Ramagem.

Irmãos e aliados saem em defesa do filho do ex-presidente

» EVANDRO ÉBOLI

SERGIO LIMA, MAURO PIMENTEL



Eduardo (E) e Flávio (D) chamaram de ilegal e cinematográfica a operação contra Carlos (C)

destruída por quem diz defendê-la. Não vamos desistir do Brasil”, registrou o parlamentar na sua conta no X, antigo Twitter.

Eduardo comentou ainda a apreensão do material que pertencia a Bolsonaro e acusou a PF de ter sido impaciente e não esperar a chegada dos advogados da família logo após concluírem o trabalho.

“Em razão dos excessos, contactamos os advogados da família, que se deslocaram para o endereço, mas a PF não aguardou os cerca de 30 minutos que faltavam para que chegassem

e mantiveram a apreensão dos bens do assessor do presidente Bolsonaro”, afirmou Eduardo, se referindo ao computador de Tércio Arnaud, assessor de Bolsonaro e ex-integrante do chamado “gabinete do ódio”, durante a gestão do ex-presidente.

Pescaria

Além dos filhos, outro parlamentar estava com Jair Bolsonaro na casa em Angra neste fim de semana. O deputado federal Luciano Zucco (PL-RS) acompanhou Carlos e o ex-presidente no passeio

ao mar no momento que ocorria a busca e apreensão na residência.

Zucco contou que está ao lado de Bolsonaro desde o último dia 25, a convite do ex-presidente, e discutiram, nesses dias, planos do PL para as eleições municipais deste ano. O deputado relata que saíram às 5h50 desta segunda, e que, em alto mar, o sinal de celular não funcionava. Somente às 9:40 o ex-chefe do Executivo soube da ação, após ligação do advogado Fábio Wajngarten, afirmou ele.

O deputado sustentou ser inverídico que Bolsonaro e seus

filhos “fugiram de casa para escapar da PF”. Avaliou, também, que “o mandado de busca e apreensão extrapolou todos os limites da legalidade”.

Parlamentares bolsonaristas foram às redes sociais e também reagiram. Uma das principais lideranças do partido no Rio, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), segundo vice-presidente da Câmara, saiu em defesa de Carlos.

“Minha solidariedade total a Carlos Bolsonaro, que hoje foi mais um alvo da perseguição insana dos inquéritos ilegais. Após

o sucesso da live de ontem (domingo), o desespero do ‘consórcio’ devem estar desesperados. Quanto mais perseguição à direita, mais nós vamos nos fortalecendo, 2026 é logo ali”, postou.

Autor da PEC para transferir ao Congresso a decisão sobre deputado e senador serem alvo de busca e apreensão, o deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) também reagiu: “Mais um absurdo cometido contra os opositores do governo Lula. Está cristalino que querem destruir a oposição com essa perseguição desenfreada”, disparou.

Curso para conservadores

O ex-presidente Jair Bolsonaro lançou uma cartilha com bandeiras obrigatórias para apoiar candidatos a prefeito e vereador e reforçar a polarização com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições municipais deste ano. Ele se juntou a seus três filhos políticos, no domingo, para uma live nas redes sociais. A família usou a transmissão para divulgar o lançamento de um curso de preparação de candidatos conservadores, inspirado nos cursos virtuais do escritor Olavo de Carvalho, morto em 2022.